Outubro/2011

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: MODELO1

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001−0001−0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.

  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto seguinte.

A internet produziu transformações espetaculares na sociedade na última década, mas a mais profunda só agora começa a ser estudada pela ciência. A facilidade e a rapidez com que se encontram informações na rede, sobre qualquer assunto e a qualquer hora, podem provocar alterações nos processos de cognição do cérebro.

Até a popularização da web*, as principais fontes de conhecimento com que todos contavam eram os livros e, evidentemente, a própria memória do que se aprende ao longo da vida. A internet mudou esse panorama: a leitura em profundidade foi substituída pela massa de informações, em sua maioria superficiais, oferecidas pelos* sites *de buscas,* blogs *e redes de relacionamento. A memória, por sua vez, perdeu relevância – para que puxar pela cabeça para se lembrar de um fato ou do nome de uma pessoa se essas informações estão disponíveis no* Google*, a dois toques do* mouse*? Quanto mais dependemos dos sites de busca para adquirir ou relembrar acontecimentos, mais nosso cérebro se parece com um computador obsoleto que necessita de uma memória mais potente.*

Na frase genial do cientista brasileiro Miguel Nicolelis, "o cérebro é uma orquestra sinfônica em que os instrumentos vão se modificando à medida que são tocados". Dificilmente alguém conseguirá explicar essa plasticidade com uma imagem mais exata e intrigante. Imagine-se um violino cerebral que, tocado de forma medíocre por anos a fio, vai se transformando aos poucos em um berimbau. Ou um piano martelado por um músico de uma nota só que, ao fim e ao cabo, vira um bumbo.

Pode, com o passar do tempo, a facilidade de estocagem e recuperação de virtualmente qualquer tipo de informação atrofiar os instrumentos da orquestra cerebral humana especializados na busca e seleção de informações? É uma nova linha de investigação científica, que tem um grande futuro pela frente.

(Alexandre Salvador e Filipe Vilicic. **Veja**, 20 de julho, 2011, pp. 87-88, com adaptações)

1. De acordo com o texto,

(A) o cérebro humano, atualmente submetido a uma multiplicidade de estímulos virtuais, tem se mostrado capaz, pelo próprio processo evolutivo, de assimilar sempre novas informações.

(B) a quantidade de informações oferecidas pela internet deverá ampliar a capacidade de armazenamento inerente ao cérebro humano, bem além do conteúdo oferecido pelos livros.

(C) os cientistas estão se voltando para pesquisas sobre o impacto que a internet, com as facilidades trazidas pela divulgação de informações, pode provocar no funcionamento do cérebro humano.

(D) a relação entre a memória e as informações recebidas pela internet tem sido desvendada por estudiosos interessados no funcionamento do cérebro humano.

(E) os pesquisadores partem, em seus estudos, da possível ampliação da capacidade cerebral em razão do acúmulo de informações constantes e acessíveis, sempre à disposição na internet.

2. Conclui-se corretamente do texto que

(A) a impossibilidade de controlar o afluxo de informações oferecidas pela internet dificulta o prosseguimento de estudos sobre o funcionamento do cérebro humano.

(B) o cérebro é uma estrutura que deve ser submetida a desafios, ou seja, a novos estímulos, para ampliar sua prontidão e eficiência no domínio do conhecimento.

(C) a facilidade com que se obtêm informações variadas e em maior quantidade na internet beneficia o funcionamento do cérebro, por estender o interesse a diferentes áreas do conhecimento.

(D) o intricado funcionamento cerebral impede a exata e correta avaliação de como se processam o aprofundamento e a assimilação das diversas informações recebidas.

(E) a ciência atual vem descobrindo métodos que permitem avaliar adequadamente a forma como o cérebro humano assimila as novas informações obtidas pela internet.

3. Em relação ao último parágrafo, é correto afirmar que:

(A) Constitui a síntese de todo o texto, ao colocar uma questão, ainda sem resposta, como início da pesquisa a que se propõem os cientistas voltados para o estudo das funções cerebrais submetidas à influência da internet.

(B) Contém, em linhas gerais, a resposta provável a partir das dúvidas colocadas nos parágrafos anteriores, sujeita, portanto, à verificação científica, por meio da facilidade e da rapidez oferecidas pela internet.

(C) Somente nele é que fica evidente para o leitor o assunto abordado desde o início no texto, sem que, entretanto, seja possível obter-se uma resposta satisfatória e conclusiva para a questão ali colocada.

(D) Conclui corretamente que a conceituação das funções cerebrais será sempre imprecisa, em comparação com uma orquestra cuja perfeição dificilmente será atingida se não houver músicos capacitados, devidamente treinados.

(E) Torna-se repetitiva e, portanto, desnecessária a questão que ali se coloca, pois a resposta está devidamente exposta no próprio desenvolvimento dos parágrafos anteriores, que tratam da capacidade cerebral em processar informações.

4. O segmento em que se identifica uma opinião pessoal, e não apenas uma informação, é:

(A) *A facilidade e a rapidez com que se encontram informações na rede, sobre qualquer assunto e a qualquer hora, podem provocar alterações nos processos de cognição do cérebro.*

(B) *Até a popularização da* web*, as principais fontes de conhecimento com que todos contavam eram os livros ...*

(C) *A internet mudou esse panorama ...*

(D) *Ou um piano martelado por um músico de uma nota só que, ao fim e ao cabo, vira um bumbo.*

(E) *Dificilmente alguém conseguirá explicar essa plasticidade com uma imagem mais exata e intrigante.*

---

5. *"o cérebro é uma orquestra sinfônica em que os instrumentos vão se modificando à medida que são tocados".* (3º parágrafo)

A expressão pronominal *em que*, grifada acima, preenche corretamente a lacuna da frase:

(A) As questões ..... se preocupam os cientistas dizem respeito às alterações cerebrais devidas ao uso indiscriminado da internet.

(B) É incalculável o número de informações, sobre os mais diversos temas, ... o cérebro humano é capaz de processar.

(C) As hipóteses aventadas, ... se baseiam os especialistas, devem ainda ser comprovadas por exames acurados.

(D) As implicações causadas pela onipresença da internet, ... está sujeito o cérebro humano, são objeto de preocupação de cientistas.

(E) As informações ..... dispõem os usuários da comunicação eletrônica são múltiplas, embora sejam superficiais.

---

6. *Quanto mais dependemos dos sites de busca ...* (2º parágrafo)

A mesma relação existente entre o verbo e seu complemento, grifados no segmento acima, está em:

(A) *A internet produziu transformações espetaculares na sociedade na última década ...*

(B) *É uma nova linha de investigação científica.*

(C) *... se essas informações estão disponíveis no Google, a dois toques do mouse?*

(D) *... que necessita de uma memória mais potente.*

(E) *Ou um piano martelado por um músico de uma nota só que, ao fim e ao cabo, vira um bumbo.*

7. *... a leitura em profundidade foi substituída pela massa de informações, em sua maioria superficiais ...* (2º parágrafo)

Com a transposição da frase acima para a voz ativa, o verbo passará a ser

(A) substituíram.
(B) substituiu.
(C) substituíra.
(D) tinham substituído.
(E) substituiriam.

Atenção: As questões de números 8 a 15 referem-se ao texto seguinte.

De acordo com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a oferta mundial de alimentos precisa crescer cerca de 20%. A expectativa é de que o Brasil tenha de arcar com 40% desse aumento. Para isso, terá dois caminhos: incorporar novas áreas ou ampliar a produtividade.

Embora domine as técnicas mais modernas, na média, a produtividade da agropecuária brasileira ainda está distante de alcançar seu pleno potencial. Em alguns casos, sobretudo na pecuária, ostenta índices medíocres. Grosso modo, as pastagens brasileiras possuem uma unidade animal por hectare. "Sem qualquer esforço sobrenatural, adotando-se uma tecnologia média e bastante acessível, o país poderia dobrar esse número" afirma José Vicente Ferraz, diretor-técnico da Informa Economics FNP, uma das mais respeitadas consultorias do setor. "Com a metade do rebanho brasileiro, os Estados Unidos produzem 50% mais carne", compara o especialista.

Para Ferraz, a ampla disponibilidade de terras, somada à baixa formação técnica e à escassez de capital, desestimulam o pecuarista a investir. "O investimento visa a poupar um fator de produção, neste caso, a terra. Se sobram terras baratas, esse investimento muitas vezes não se justifica do ponto de vista estritamente econômico."

O ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, afirma que os ganhos da produtividade na pecuária poderiam liberar terras suficientes para dobrar a área plantada com alimentos, "sem derrubar uma única árvore". "Além disso, o Brasil ainda pode aumentar muito a produtividade de grãos, como o milho, o trigo e o feijão", afirma. Rodrigues sustenta, porém, que faltam políticas públicas capazes de assegurar a incorporação de tecnologia no campo, especialmente entre os pequenos. "As margens da agricultura são mínimas, então o produtor só consegue competir se tiver escala e tecnologia de ponta. Como faltam mecanismos para financiar a modernização, ele opta pela expansão da área, que é muito mais barata", explica.

(Gerson de Freitas Jr. **CartaCapital**, 11 de maio de 2011, p. 24, com adaptações)

8. Os dois especialistas citados no texto

(A) divergem em relação aos problemas constatados quanto à baixa produtividade da pecuária brasileira, que não dispõe dos recursos necessários para uma infraestrutura adequada ao setor.

(B) refletem as dúvidas que cercam a maioria dos interessados em investir no desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro, devido à sua constatada mínima produtividade.

(C) buscam justificar a baixa produtividade do setor agropecuário brasileiro em razão das dificuldades em torno da obtenção de terras disponíveis tanto para o cultivo de grãos quanto para o manejo do rebanho.

(D) constatam o desinteresse dos pecuaristas brasileiros em investir na produtividade do rebanho a partir da avaliação que se faz, no momento, da pequena margem de lucros que poderiam obter na comercialização da carne.

(E) dividem a mesma opinião em relação ao baixo custo das terras, como justificativa para a falta de interesse dos pecuaristas do setor em investir na tecnologia que, em princípio, exigiria mais recursos.

---

9. A solução ideal para o setor agropecuário brasileiro, de acordo com o texto, é:

(A) aumento do rebanho nacional, para aproveitamento integral da área destinada à pecuária.

(B) respeito às leis que impedem o desmatamento para ampliação das áreas de cultivo.

(C) aumento da produtividade do setor agropecuário, com investimentos em tecnologia.

(D) abrangência das políticas públicas para ampliar a margem de lucros dos pecuaristas.

(E) incorporação de novas áreas de cultivo, mais produtivas, para aumentar a safra de grãos.

---

10. *"As margens da agricultura são mínimas, então o produtor só consegue competir se tiver escala e tecnologia de ponta. Como faltam mecanismos para financiar a modernização, ele opta pela expansão da área, que é muito mais barata", explica.* (final do texto)

O segmento grifado acima

(A) estabelece relação de causa e consequência entre as duas afirmativas que o compõem.

(B) indica a finalidade que justifica a afirmativa anterior, acrescentando uma razão lógica para ela.

(C) se apóia em condição anterior necessária para a comprovação do sentido de todo o contexto.

(D) assinala proporcionalidade entre as duas afirmativas, pois a segunda somente se concretiza a partir do que foi dito na primeira.

(E) aponta para uma relação de tempo e espaço, necessária para a clareza e a compreensão do assunto desenvolvido.

11. *"Com a metade do rebanho brasileiro, os Estados Unidos produzem 50% mais carne", compara o especialista.* (final do 2º parágrafo)

A afirmativa reproduzida acima

(A) baseia-se nas explicações para a falta de investimentos no setor da pecuária.

(B) traz um dado estatístico, utilizado pelo especialista na defesa de sua opinião.

(C) constitui o modelo ideal para a reorganização do setor, proposta pelo especialista.

(D) tenta contestar as informações estatísticas atuais a respeito da pecuária no Brasil.

(E) traduz uma informação sem maior importância no desenvolvimento do texto.

---

12. *O ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, afirma que os ganhos da produtividade na pecuária poderiam liberar terras suficientes para dobrar a área plantada com alimentos.* (último parágrafo)

O emprego da forma verbal grifada acima indica, considerando-se o contexto,

(A) certeza que consolida a afirmativa feita.

(B) ação habitual e repetitiva, em relação à pecuária.

(C) fato histórico, constante no tempo.

(D) realidade a ser confirmada num futuro imediato.

(E) hipótese, a partir de certa condição implícita.

---

13. *A expectativa é de que o Brasil tenha de arcar com 40% desse aumento.* (1º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está também grifado na frase:

(A) *Embora domine as técnicas mais modernas, na média, a produtividade da agropecuária brasileira ainda está distante de alcançar seu pleno potencial.*

(B) *Grosso modo, as pastagens brasileiras possuem uma unidade animal por hectare.*

(C) *Para isso, terá dois caminhos ...*

(D) *... esse investimento muitas vezes não se justifica do ponto de vista estritamente econômico.*

(E) *"Além disso, o Brasil ainda pode aumentar muito a produtividade de grãos, como o milho, o trigo e o feijão", afirma.*

14. Considere o que se diz a respeito do emprego dos sinais de pontuação nas frases abaixo:

I. *Para isso, terá dois caminhos: incorporar novas áreas ou ampliar a produtividade*. (1º parágrafo)
Os dois-pontos assinalam o sentido especificativo e explicativo do segmento introduzido por eles.

II. "*sem derrubar uma única árvore*" (4º parágrafo)
As aspas isolam a afirmativa que constitui a ideia principal, em torno da qual se desenvolve o texto.

III. *ele opta pela expansão da área, que é muito mais barata* (final do texto)
A vírgula pode ser retirada do período, que permanece correto, porém com alteração do sentido original.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.

(D) I e III.

(E) II e III.

15. As normas de concordância verbal e nominal estão inteiramente respeitadas na frase:

(A) O emprego de recursos tecnológicos no setor agropecuário, com vistas à produção de carne e à colheita recorde de grãos, deverão ser objetivos prioritários dos investidores.

(B) Deverá ser utilizado, como metas a ser atingidas pelo setor, os investimentos em infraestrutura para facilitar o escoamento da produção de grãos.

(C) Buscam-se, atualmente, soluções eficazes, por meio da tecnologia disponível, que venham propiciar melhor rendimento ao setor pecuário brasileiro.

(D) A determinação das atividades se concentrarão na ampliação de recursos aos pecuaristas, visando à obtenção de margens de lucro maiores.

(E) Ainda que os interesses de um investidor seja as possibilidades de lucro em determinado prazo, eles resultam em benefícios para o setor escolhido.

Noções de Informática

16. Muitas vezes o conteúdo que está sendo digitado não cabe na célula da planilha. Nesse caso, é necessário inserir uma quebra de linha na célula. Para realizar esse procedimento utiliza-se no *Calc* do *BrOffice 3.1* e no *Excel 2010*, respectivamente,

(A) Alt+Enter e Ctrl+Enter

(B) Alt+Tab e Shift+Tab

(C) Shift+Enter e Alt+Enter

(D) Ctrl+Enter e Ctrl+Tab

(E) Ctrl+Enter e Alt+Enter

17. Angela recebeu um *e-mail* de Ana Luiza, direcionado a vários destinatários. Após fazer a leitura do *e-mail,* Angela resolve enviá-lo a Pedro, seu colega de trabalho. Considerando que Pedro não estava na lista de destinatários do *e-mail* enviado por Ana Luiza, para executar essa tarefa Angela deverá selecionar a opção

(A) Responder.

(B) Encaminhar.

(C) Adicionar destinatário.

(D) Localizar destinatário.

(E) Responder a todos.

18. Pedro e Tarcisa trabalham em escritórios da mesma empresa situados em cidades diferentes. Pedro criou um documento utilizando o *Microsoft Word* e deseja compartilhá-lo de forma que Tarcisa possa consultá-lo e editá-lo diretamente na *web*. Para isso Pedro pode utilizar a ferramenta

(A) *Google Docs*.

(B) *Microsoft Web Document Edition*.

(C) *Google Android.*

(D) *Yahoo WebOffice.*

(E) *Microsoft WebOffice.*

19. É INCORRETO afirmar que o modo de navegação privativo no *Firefox 3*

(A) permite navegar na Internet sem guardar informações sobre os sites e páginas que foram visitadas.

(B) não adiciona páginas visitadas à lista de endereços.

(C) não guarda arquivos temporários da Internet ou arquivos de *cache*.

(D) torna o internauta anônimo na Internet. Dessa forma o fornecedor de serviços de internet, entidade patronal, ou os próprios *sites* não poderão saber as páginas que foram visitadas.

(E) não salva o que foi digitado em caixas de texto, formulários, ou nos campos de pesquisa.

20. No *Windows XP* é possível configurar números, unidades monetárias, horários e datas acessando-se o painel de controle e dando 2 cliques em

(A) Sistema.

(B) Ferramentas administrativas.

(C) Opções regionais e de idioma.

(D) Opções de acessibilidade.

(E) Gerenciador de configurações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

21. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, conforme disposto na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que

(A) são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

(B) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

(C) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

(D) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*.

(E) é assegurado, nos termos da Resolução do Presidente da República, o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas.

---

22. No tocante aos direitos políticos, o atributo de quem preenche as condições do direito de ser votado é classificado como capacidade eleitoral

(A) passiva.

(B) ativa.

(C) plena.

(D) genérica.

(E) originária.

---

23. Segundo expressamente disposto na Constituição Federal, o Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, EXCETO quando deixar de ser paga por dois anos consecutivos a dívida fundada, sem que haja

(A) dilação de prazo prevista em Decreto Municipal.

(B) dilação de prazo prevista em Lei Municipal que esteja no mínimo em vigor a um ano da sua publicação.

(C) dilação de prazo prevista em Lei Municipal que esteja no mínimo em vigor a dois anos da sua publicação.

(D) motivo de força maior.

(E) determinação do Prefeito Municipal previamente aprovada pelo Governador do Estado e pelo Presidente da República.

---

24. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. As condições para integração de regiões em desenvolvimento serão estabelecidos em

(A) Lei Ordinária.

(B) Lei Complementar.

(C) Lei Delegada.

(D) Medida Provisória.

(E) Decreto Legislativo.

---

25. A competência exclusiva de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa é do

(A) Superior Tribunal de Justiça.

(B) Supremo Tribunal Federal.

(C) Congresso Nacional.

(D) Presidente da República.

(E) Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

---

26. O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele NÃO participa como membro nato o

(A) Procurador Geral da República.

(B) Presidente da Câmara dos Deputados.

(C) Presidente do Senado Federal.

(D) Ministro das Relações Exteriores.

(E) Ministro do Planejamento.

Noções de Direito Administrativo

27. Dispõe o Poder Executivo de poder para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal. Trata-se do poder

(A) disciplinar.

(B) discricionário.

(C) regulamentar.

(D) de polícia.

(E) hierárquico.

---

28. O serviço público não é passível de interrupção ou suspensão afetando o direito de seus usuários, pela própria importância que ele se apresenta, devendo ser colocado à disposição do usuário com qualidade e regularidade, assim como com eficiência e oportunidade. Trata-se do princípio fundamental dos serviços públicos denominado

(A) impessoalidade.

(B) mutabilidade.

(C) continuidade.

(D) igualdade.

(E) universalidade.

29. Sobre os atos administrativos analise as seguintes assertivas:

I. Convalidação é o ato jurídico que sana vício de ato administrativo antecedente de tal modo que este passa a ser considerado como válido desde o seu nascimento.

II. A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los por motivos de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvadas em todos os casos, a apreciação judicial.

III. Revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, e terá efeitos *ex tunc.*

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) II.
(D) II e III.
(E) III.

30. Analise a seguinte característica concernente ao contrato administrativo: "prerrogativa especial conferida à Administração Pública na relação do contrato administrativo em virtude de sua posição de supremacia em relação à parte contratada". Trata-se

(A) do direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo.

(B) da cláusula exorbitante.

(C) da exigência legal de formalização por escrito e com requisitos especiais do contrato administrativo.

(D) da comutatividade do contrato administrativo.

(E) da consensualidade do contrato administrativo, exigindo o acordo entre as partes para a formalização da avença.

31. Sobre licitação, considere as seguintes características:

I. Destina-se à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico.

II. A contraprestação pode ser através remuneração.

III. Destina-se a interessados previamente cadastrados.

IV. O edital é publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de trinta dias.

São características da modalidade de licitação *concurso* o que consta nos itens

(A) I e II, apenas.
(B) I, II e III, apenas.
(C) I, III e IV, apenas.
(D) III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

32. Nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações), é INCORRETO afirmar:

(A) Em regra, é vedado aos agentes públicos incluir, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

(B) O procedimento licitatório caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública, e qualquer cidadão pode acompanhar seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

(C) Subordinam-se ao regime da Lei de Licitações e Contratos Administrativos as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

(D) É vedado aos agentes públicos estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, desde que não envolvidos financiamentos de agências internacionais.

(E) Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras poderão, mediante prévia justificativa da autoridade competente, exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da administração pública ou daqueles por ela indicados a partir de processo isonômico, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não, na forma estabelecida pelo Poder Executivo federal.

33. No que se refere ao provimento de cargo público, a posse e o exercício do cargo público, deverão observar, respectivamente, os prazos de

(A) 15 dias contados da publicação do ato de provimento e 05 dias contados da data da posse.

(B) 15 dias contados da publicação do ato de provimento e 15 dias contados da data da posse.

(C) 30 dias contados da publicação do ato de provimento e 30 dias contados da data da posse.

(D) 30 dias contados da publicação do ato de provimento e 15 dias contados da data da posse.

(E) 60 dias contados da publicação do ato de provimento e 30 dias contados da data da posse.

34. Segundo a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é direito dos administrados:

(A) não agir de modo temerário.

(B) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

(C) expor os fatos conforme a verdade.

(D) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.

(E) fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

35. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade notificará o servidor para apresentar opção, e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá de acordo com a Lei nº 8.112/1990 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Desta forma, podemos afirmar que

(A) o prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, admitida sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias o exigirem.

(B) a primeira fase do processo administrativo disciplinar corresponde à instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por cinco servidores estáveis.

(C) o prazo para o servidor apresentar a opção é improrrogável.

(D) o prazo para o servidor apresentar a opção é de quinze dias.

(E) a opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em demissão do outro cargo.

---

36. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, considere as seguintes assertivas:

I. Celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

II. Estão sujeitos às penalidades da lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

III. As disposições da lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, se beneficie do ato de improbidade sob qualquer forma direta ou indireta.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) II.

(E) II e III.

Noções de Direito Civil

37. De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 04/09/1942 e modificações posteriores):

(A) o penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa em cuja posse se encontre a coisa apenhada.

(B) o conhecimento da lei estrangeira é dever do magistrado sendo defeso ao juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.

(C) reputa-se ato jurídico perfeito o ato que estiver de acordo com as regras, costumes e princípios gerais de direito vigentes em uma comunidade.

(D) chama-se coisa julgada a pretensão constante de ação judicial já julgada por sentença passível de recurso.

(E) a lei do país em que a pessoa tiver nascido determina as regras sobre os direitos de família.

---

38. No que concerne aos direitos da personalidade, é INCORRETO afirmar:

(A) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

(B) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

(C) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

(D) Se houver risco de vida, qualquer pessoa pode ser constrangida a submeter-se a intervenção cirúrgica.

(E) O ato de disposição do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte pode ser livremente revogado a qualquer tempo.

---

39. Considere:

I. A hipoteca de um terreno.
II. Os direitos autorais.
III. Uma floresta.

São bens imóveis os indicados APENAS em

(A) I.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II.
(E) II e III.

---

40. Considere:

I. João vendeu automóveis a José, deixando ao arbítrio exclusivo deste a fixação do preço.

II. Paulo vendeu ações de uma empresa a Pedro, deixando a fixação do preço à cotação em Bolsa em certo e determinado dia e lugar.

Tais contratos de compra e venda são

(A) válido e nulo, respectivamente.
(B) nulo e válido, respectivamente.
(C) nulo e anulável, respectivamente.
(D) nulos.
(E) válidos.

41. No contrato de prestação de serviços regido pelo Código Civil brasileiro, não havendo prazo estipulado, nem se podendo inferir da natureza do contrato, ou do costume do lugar, qualquer das partes, a seu arbítrio, mediante prévio aviso, pode resolver o contrato. Dar-se-á o aviso com antecedência de 8 (oito) dias, se o salário se houver fixado por tempo de

(A) uma hora.
(B) um dia.
(C) uma semana.
(D) uma quinzena.
(E) um mês, ou mais.

Noções de Direito Processual Civil

42. Tício pretende ajuizar ação de cobrança por dívida contraída por Augustus, já falecido, de cujo espólio são herdeiros cinco filhos, sendo que o inventariante é dativo. Nessa ação,

(A) o espólio será representado pelo herdeiro mais novo.
(B) o espólio será representado pelo inventariante dativo.
(C) o espólio será representado pelo herdeiro mais velho.
(D) serão réus todos os herdeiros.
(E) será nomeado curador para representar o espólio.

43. Se a petição inicial NÃO indicar o valor da causa, o juiz

(A) a indeferirá liminarmente, por não atender os requisitos legais.
(B) determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de dez dias.
(C) a despachará ordenando a citação do réu.
(D) a indeferirá liminarmente por ser inepta.
(E) nomeará curador ao autor para suprir a omissão.

44. No que concerne à prova testemunhal, depois de apresentado o rol de testemunhas, considere:

I. A testemunha faleceu.
II. A testemunha, por enfermidade, não está em condições de depor.
III. A testemunha mudou de residência e não foi encontrada pelo oficial de justiça, nem a parte que a indicou sabe de seu paradeiro.
IV. A testemunha declarou nada saber sobre os fatos.
V. A testemunha que em razão de fratura na perna não pode locomover-se.

A parte só poderá substituir a testemunha nas situações indicadas APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I, III e V.
(C) I, IV e V.
(D) II e IV.
(E) III, IV e V.

45. NÃO é título executivo extrajudicial:

(A) o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público.
(B) a debênture.
(C) documento particular assinado somente pelo devedor.
(D) os contratos de seguro de vida.
(E) o crédito decorrente de foro e laudêmio.

46. Na audiência de instrução e julgamento, o juiz indeferiu requerimento de acareação de testemunhas formulado pelo advogado do autor. Nesse caso,

(A) caberá agravo na forma retida, no prazo de dez dias, sendo que, ouvido o agravado, o juiz poderá reformar sua decisão.
(B) caberá agravo de instrumento, dirigido diretamente ao tribunal competente, no prazo de dez dias, através de petição.
(C) não caberá recurso, devendo o advogado do autor formular protesto no termo da audiência, para poder posteriormente arguir nulidade.
(D) caberá apelação, interposta por petição, no prazo de quinze dias, ao juiz prolator da decisão.
(E) caberá agravo na forma retida, devendo ser interposto oral e imediatamente, bem como constar do respectivo termo, nele expostas sucintamente as razões do agravante.

Noções de Direito do Trabalho

47. Os contratos de trabalho se classificam quanto ao consentimento em

(A) comuns ou especiais.
(B) escritos ou verbais.
(C) expressos ou tácitos.
(D) técnico ou intelectual.
(E) determinado ou indeterminado.

48. Madalena é empregada da empresa V e pretende voluntariamente doar sangue na sexta-feira. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada, Madalena poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, por

(A) dois dias, em cada doze meses de trabalho, ocorrendo a interrupção de seu contrato.
(B) um dia, em cada doze meses de trabalho, ocorrendo a suspensão de seu contrato.
(C) um dia, em cada dez meses de trabalho, ocorrendo a suspensão de seu contrato.
(D) um dia, em cada doze meses de trabalho, ocorrendo a interrupção de seu contrato.
(E) um dia, em cada dez meses de trabalho, ocorrendo a interrupção de seu contrato.

49. Mário, João e Adalberto são empregados da empresa CRÉDITO. Mário exerce a função externa de motorista; João é chefe do departamento de contas a pagar; e Adalberto é diretor jurídico. Neste casos, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em regra, não estão sujeitos a jornada de trabalho regular prevista em lei, bem como ao pagamento de horas extraordinárias

(A) Mário e João, apenas.
(B) Mário, João e Adalberto.
(C) João e Adalberto apenas.
(D) Mário e Adalberto, apenas.
(E) Adalberto, apenas.

50. Considere:

I. Aviso prévio.
II. Repouso semanal remunerado.
III. Horas extras.

De acordo com entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, as gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para os itens

(A) I e II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) III, apenas.
(E) I, II e III.

51. A empresa **A** pretende conceder férias coletivas a todos os seus empregados em dois períodos anuais, sendo um de dez dias corridos e outro de vinte dias corridos; A empresa **B** pretende conceder férias coletivas apenas para um setor da empresa em dois períodos anuais de quinze dias corridos cada; A empresa **C** pretende conceder férias coletivas para todos os seus empregados em dois períodos anuais, sendo um de doze dias corridos e outro de dezoito dias corridos cada. Nestes casos,

(A) apenas as empresas **B** e **C** estão agindo de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.
(B) apenas as empresas **A** e **C** estão agindo de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.
(C) todas as empresas estão agindo de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.
(D) todas as empresas não estão agindo de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, tendo em vista que as férias coletivas não poderão ser fracionadas.
(E) apenas a empresa **A** está agindo de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

52. Considere as seguintes assertivas a respeito da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes:

I. Em regra, o mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de um ano, permitida uma reeleição.
II. O empregador designará, anualmente, dentre os seus representantes, o Presidente da CIPA e os empregados elegerão, dentre eles, o Vice-Presidente.
III. Os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.
IV. Os representantes dos empregadores, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, mediante voto obrigatório de, no mínimo, um terço dos presentes em Assembleia Extraordinária.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) I, II e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

53. Considere as seguintes assertivas a respeito das atividades insalubres ou perigosas:

I. O adicional de insalubridade pago com habitualidade integra o aviso prévio indenizado.
II. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.
III. Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. É devido, também, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.
IV. A reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I, II e IV.
(C) I e IV.
(D) II e III.
(E) III e IV.

Noções de Direito Processual do Trabalho

54. A competência para eleger, por escrutínio secreto, o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho é

(A) do Tribunal Superior do Trabalho através da Secção Especializada em Dissídios Individuais (SDI-I e SDI-II).
(B) dos Tribunais Regionais do Trabalho através de ato conjunto.
(C) dos Tribunais Regionais do Trabalho através de ato separado em data predeterminada.
(D) do Tribunal Superior do Trabalho através de seu Pleno.
(E) do Tribunal Superior do Trabalho através de suas Turmas, em ato conjunto com o seu Presidente.

55. No tocante aos atos processuais, o *fato impeditivo, destinado a garantir o avanço progressivo da relação processual e a obstar o seu retorno para fases anteriores do procedimento* é

(A) a preclusão.

(B) a prescrição.

(C) a decadência.

(D) a litispendência.

(E) o impulso *ex officio*.

56. João ajuizou reclamação trabalhista em face da União Federal em razão da relação de emprego existente e regida pela Consolidação das Leis do Trabalho. A reclamação trabalhista foi julgada parcialmente procedente e a União Federal pretende interpor Recurso Ordinário. A sentença foi publicada em audiência realizada no dia 14 de julho de 2011 (quinta-feira), considerada esta audiência válida para todos os efeitos legais. Tendo em vista que não há feriado dentro do prazo recursal, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o referido recurso deverá ser protocolado até o dia

(A) 19/07/2011.

(B) 21/07/2011.

(C) 22/07/2011.

(D) 25/07/2011.

(E) 01/08/2011.

57. Considere as seguintes assertivas a respeito das provas:

I. As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção *juris et de jure*, mas apenas *juris tantum*.

II. Presume-se recebida a notificação quarenta e oito horas depois de sua postagem. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.

III. Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador.

IV. A prova documental poderá, em regra, ser produzida em qualquer oportunidade, inclusive na fase recursal. A juntada de documentos com o recurso é perfeitamente possível não importando se referente a fato anterior ou posterior à sentença.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I, II e III.

(C) I e III.

(D) II, III e IV.

(E) II e IV.

58. Carol ajuizou no início do ano de 2011 reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa EFGH. A presente reclamação possui o valor da causa de R$ 19.739,00. Tendo em vista que a audiência UNA foi marcada para o dia 10 de Agosto de 2011, Carol enviou telegrama com aviso de recebimento para suas três testemunhas convidando-as para depor no dia e hora em que a audiência foi designada porém, nenhuma das três testemunhas compareceu. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o M.M. juiz deverá

(A) suspender o processo por vinte dias e marcar nova audiência para no máximo 90 dias, porém Carol deverá levar as testemunhas nesta nova audiência independentemente de intimação.

(B) suspender o processo por quinze dias e marcar nova audiência para no máximo 60 dias, porém Carol deverá levar as testemunhas nesta nova audiência independentemente de intimação.

(C) marcar nova data para a realização da audiência e deferir a intimação das três testemunhas.

(D) marcar nova data para a realização da audiência e deferir a intimação de duas das três testemunhas, devendo Carol desistir do depoimento de uma delas.

(E) proferir sentença na mesma audiência uma vez que Carol possuía a obrigação de levar as testemunhas independentemente de intimação.

59. Joana ajuizou reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora, a empresa ABCD. A reclamação trabalhista foi julgada procedente e a empresa interpôs recurso ordinário. O referido recurso foi considerado intempestivo pelo juiz *a quo* que lhe negou seguimento. A empresa interpôs agravo de instrumento demonstrando que o recurso era tempestivo em razão da ocorrência de um feriado local. No agravo de Instrumento, o juiz *a quo*, verificando a existência real do feriado, reconsiderou a sua decisão e conheceu do recurso principal. Neste caso,

(A) ocorreu o efeito regressivo do recurso de Agravo de Instrumento.

(B) o juiz *a quo* não agiu corretamente porque só o Tribunal competente é que poderia reformar a decisão, não havendo juízo de retratação em Agravo de Instrumento.

(C) Joana deverá interpor agravo de instrumento no prazo de oito dias em face desta decisão que admitiu o recurso ordinário através de reconsideração.

(D) ocorreu o efeito extensivo do recurso de Agravo de Instrumento.

(E) Joana deverá interpor Agravo de Petição no prazo de oito dias em face desta decisão que admitiu o recurso ordinário através de reconsideração.

60. Na Justiça do Trabalho, os Embargos de Declaração são cabíveis no prazo de

(A) três dias, havendo omissão, contradição ou obscuridade no julgado.

(B) cinco dias, havendo omissão, contradição ou obscuridade no julgado.

(C) 48 horas em atenção ao princípio da celeridade processual.

(D) oito dias, havendo omissão, contradição ou obscuridade no julgado.

(E) 24 horas em atenção ao princípio da celeridade processual.

PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Atenção: A Prova Discursiva-Redação deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

Trabalho: 1. *atividade profissional regular remunerada ou assalariada;*
2. *atividade humana que, com o auxílio ou não de máquinas, se caracteriza como fator essencial de bens e serviços.*

É perturbador constatar que, em pleno século XXI, ainda haja trabalhadores submetidos a condições análogas às do trabalho escravo.

A partir das considerações acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito da afirmativa:

Uma sociedade justa é aquela que garante o respeito ao trabalhador

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO